

O fracasso do projeto fiscalista

É preciso repensar o RS

Indicadores econômicos mostram que o governo atual está realizando uma gestão conservadora e fiscalista das finanças estaduais. O resultado não podia ser pior: arrocho salarial, redução de investimentos públicos, sucateamento do patrimônio financeiro do Estado, saques irregulares no Caixa Único e aumento de impostos, que afeta diretamente a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e a competitividade das empresas gaúchas.

Desde o início do Governo Olívio, a Secretaria da Fazenda vem tentando aumentar os impostos e controlar os gastos públicos como forma de sanar o déficit do Estado. As duas tentativas de aumentar os impostos, entretanto,

foram vetadas pela Assembléia Legislativa, que considerou que a carga tributária já está onerosa demais para promover o desenvolvimento e a ampliação da oferta de empregos.

O crescimento do ICMS deve-se à política do Governo Federal. O incremento do ICMS gerado pelos setores de telecomunicação e de combustíveis e lubrificantes, no período 1999-00 foi responsável por 70% do incremento total do ICMS do período (R\$ 1,4 bilhão). Para 2001, projeta-se um crescimento da arrecadação tributária de 17% em termos nominais. Além disso, o Governo do Estado reduziu os investimentos, em relação ao ano de 1998, de um patamar de R\$ 1,0 bilhão para R\$ 500 milhões em 2000.

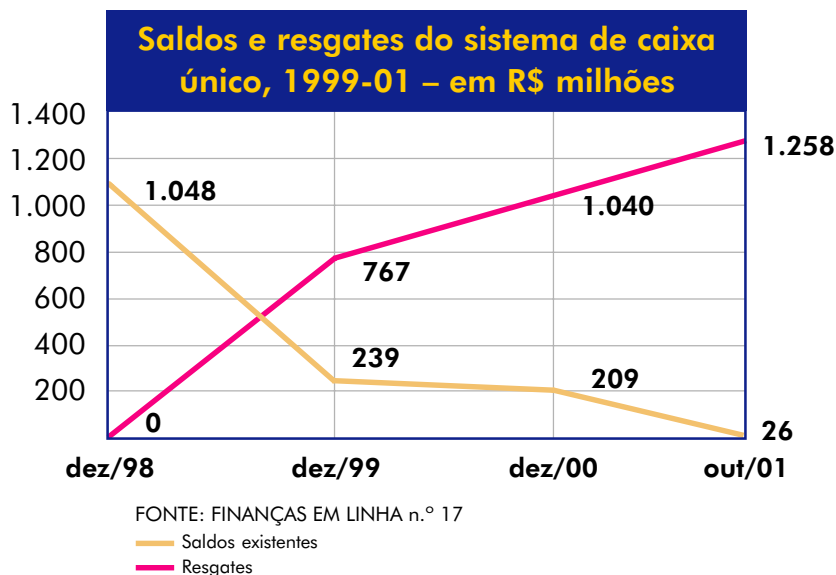
Mesmo com todo esse crescimento do ICMS, no dia 26 de novembro, o Secretário da Fazenda, Arno Augustin, apresentou um novo projeto de lei, elaborado a partir das ponderações feitas pelas entidades empresariais aos projetos anteriores.

O projeto, chamado de Programa de Incentivo ao Crescimento (PIC), cria incentivos para setores da economia gaúcha, prevê redução da alíquota de ICMS em cerca de 40 produtos, mas, novamente, aumenta a alíquota em 1% de alguns produtos, como cigarros, refrigerantes, cervejas, álcool, gasolina e comunicações. Segundo o Secretário, serão gerados cerca de R\$ 121 milhões em benefícios. Quanto ao aumento da carga



Paulo Dias

César Busatto: "Aumentar impostos é falta de criatividade"



tributária em R\$ 90 milhões, Augustin afirma que a população não irá senti-la, já que em 1998 houve o mesmo percentual de aumento sem maior impacto.

A oposição, mesmo antes de o projeto entrar em tramitação, já manifestava sua posição contrária ao aumento de impostos. César Busatto (PPS), em nota encaminhada à imprensa, disse que "...a insistência do governo Olívio Dutra em aumentar impostos demonstra sua falta de criatividade para enfrentar os problemas das finanças estaduais".

O deputado do PPS Bernardo de Souza (PPS) foi mais longe, e classificou o PIC como uma "fraude". Alguns parlamentares do PMDB e do PSDB, porém, acreditam que é possível melhorar o texto do projeto para a aprovação.

A contradição do Governo Olívio

A essência da política do Governo Olívio, portanto, tem se resumido ao fiscalismo que se assenta na sua vocação em aumentar impostos e na ausência de uma estratégia de reforma e modernização da máquina pública.

A insistência na proposta de mudança da matriz tributária eviden-

cia uma administração conservadora do ponto de vista da gestão das finanças estaduais, o que pode soar no mínimo estranho para um governo de esquerda. A ênfase dada à política fiscal – que na época de campanha era propagada como a solução para o déficit público estadual –, a redução de investimentos públicos e o arrocho salarial do funcionalismo são indicadores nada promissores para um final de terceiro ano.

Ao criticar o fiscalismo do atual governo, o Economista Liderau Marques Junior ressalta ainda o fato do setor público estadual ter empregado, nesses três anos, cerca de 30.000 novos servidores e concedido reajuste para algumas categorias, "...o que manteve a relação Despesa de Pessoal/Receita Corrente Líquida em torno de 80%", índice que extrapola o limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. "Para fazer frente à demanda, o Governo tomou dinheiro do Caixa Único, realizou operações de crédito e propôs o uso dos depósitos judiciais", diz Liderau.



Bernardo de Souza: "O PIC é uma fraude".

- O saldo financeiro (ativo financeiro menos passivo financeiro) passou de R\$ 211,9 milhões positivos em 1998 para R\$ 1,1 bilhão negativos em 2000.
- O passivo financeiro potencial expressa os recursos vinculados a empenhar, que só podem ser aplicados em finalidades específicas. O referido saldo passou de R\$ 836,1 milhões negativos em 1998 para R\$ 2 bilhões negativos em 2000.
- Para cada real a pagar em 1998 havia R\$ 1,15. Já em 2000, para cada real a pagar havia somente R\$ 0,41.

Sucateamento do patrimônio financeiro do Estado

Evolução do patrimônio financeiro do Estado – 1998-00

Itens	(R\$ milhões correntes)		
	1998	1999	2000
1. Ativo financeiro real	1618,5	729,9	778,5
2. Passivo financeiro real	1406,6	1285,6	1895,7
3. Saldo financeiro real (1-2)	211,9	(555,6)	(1117,3)
4. Saldo financeiro potencial	(1048,0)	(1065,5)	(967,4)
5. Saldo financeiro ajustado (3+4)	(836,1)	(1621,1)	(2084,7)
6. Coeficiente de liquidez corrente (1/2)	1,15	0,57	0,41

FONTE: Balanço Geral do Estado (1998-00).
SANTOS, Darcy F.C. O Rombo nas Contas Públicas Estaduais.

Segundo o ex-Secretário da Fazenda do Governo Collares, Orion Cabral, os benefícios tributários são os únicos utilizados pelo atual governo para gerar desenvolvimento econômico, mas, ainda assim, estão sendo usados modestamente. Para o ex-Secretário, isso não serve para estimular o crescimento e o surgimento de novas empresas locais. "A política deveria ser de crédito subsidiado e não a taxas de mercado como vem praticando o Barrisul e o BNDES. Plano de desenvolvimento não se faz sem financiamento, através de incentivos fiscais e com recursos tributários, como foi feito pelo trabalhismo na Era Vargas", salienta.

As finanças estaduais vêm enfrentando condições fiscais e financeiras adversas, oriundas de anos de déficit primários recorrentes e de um estoque da dívida

excessivamente elevado. Porém, não serão os aumentos de impostos e o corte nos gastos públicos que solucionarão o problema do Estado, se em contrapartida não forem tomadas medidas de fomento ao desenvolvimento econômico.

O Governo Olívio precisa rever logo seus conceitos sobre o papel do Estado na garantia e na promoção do bem-estar dos cidadãos se não quiser acabar o mandato sendo contraditório no discurso e na prática.

Redução de investimentos públicos

Evolução do resultado orçamentário sem alienação de bens e investimentos – 1998-00

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	(R\$ milhões correntes)		
	1998	1999	2000
1. Contábil	373,8	(767,6)	(561,4)
2. Alienação de bens(1)	1.852,0	225,9	426,3
3. Sem alienação de bens (1-2)	(1.478,2)	(993,5)	(987,7)
4. Investimentos (sentido amplo)	1.305,6	420,7	589,1
5. Sem investimentos (3+4)	(172,6)	(572,8)	(398,6)

FONTE: SANTOS, Darcy F.C. O Rombo nas Contas Públicas Estaduais.

(1) Em 1999 inclui a anulação de restos a pagar inscritos com recursos de privatização.

Neoliberais e keynesianos

Existe um debate bastante intenso nos meios acadêmico e político a respeito de qual é o papel do Estado no desenvolvimento econômico. Há duas concepções teóricas a respeito dessa inserção nas modernas sociedades capitalistas. Uma corrente é a neoliberal, a outra é a keynesiana.

A concepção liberal prega que a economia deve funcionar sem a intervenção do Estado. Só a livre interação das forças econômicas e dos interesses individuais pode possibilitar o máximo de rendimento para a economia. O papel do

Estado seria o de garantir a livre concorrência e resguardar o sistema de preços. A sua intervenção é considerada inútil e prejudicial na expansão do desenvolvimento econômico através das despesas de investimento. A política econômica adotada pelos liberais visa resguardar a moeda e compreende, dentre outras medidas, a adoção de orçamentos estatais equilibrados, obtidos pela contenção dos gastos públicos e dos salários, já que orçamentos desequilibrados geram inflação, que afeta a estabilidade da moeda.

A concepção keynesiana defende que o Estado mantenha uma intervenção reguladora permanente a economia capitalista, em contraponto ao absentismo do Estado liberal. Sem conduzir necessariamente à estatização de empresas, a ação do Estado deve ser a de regulação e a de planejamento da economia. Ou seja, sua intervenção é justificada pelo seu papel de promotor do desenvolvimento econômico. Essa participação pode se dar de forma direta, através dos investimentos estatais ou, indiretamente, mediante incentivos fiscais e crédito.